

Júlio Cesar Machado de Paula
Universidade de São Paulo
jcmpaula@yahoo.com.br

Nem todas as crianças vingam!:
genealogia e afrodescendência
na literatura brasileira

Resumo:

Neste artigo, expomos as duas correntes de pensamento que, na transição do século XIX para o século XX, buscam refletir acerca da miscigenação e da constituição étnica futura do Brasil. Por um lado, temos o grupo não assimilacionista, que se move, em nossa expressão, por um “pessimismo realista”. E, por outro, o grupo majoritário, de caráter assimilacionista e caracterizado, também em nossa expressão, por um “otimismo genocida”. Em seguida, apresentamos três casos de autores que trataram da questão na literatura brasileira: Aluísio Azevedo (*O mulato*), Machado de Assis (*Pai contra mãe*) e Nelson Rodrigues (*Anjo negro*).

Palavras-chave: Afrodescendência, relações raciais, Aluísio Azevedo, Machado de Assis, Nelson Rodrigues.

Abstract:***Not all babies have the luck to be born!: genealogy and African descendancy in Brazilian literature***

This paper intends to expose two currents of thought concerning the future of miscegenation and Brazilian ethnic constitution from the late 19th century to the early 20th century. On one hand, we have non-assimilationist group, characterized here by the expression “realistic pessimism.” And, on the other hand, the majority group, formed by assimilationists and summarized by the expression “genocidal optimism.” Then, three Brazilian authors who deal with the theme are presented as examples: Aluísio Azevedo (*O mulato*), Machado de Assis (*Pai contra mãe*) and Nelson Rodrigues (*Anjo negro*).

Keywords: African descendancy, race relations, Aluísio Azevedo, Machado de Assis, Nelson Rodrigues.

A primeira metade do século XIX assinala não apenas a independência política do Brasil, mas o momento em que se torna mais evidente a tarefa de imaginação do país como estado e como nação possível. Diferentemente do que se passou com a maioria de seus novos vizinhos, o processo de independência do Brasil não resultou de um movimento propriamente revolucionário, mas de um arranjo de setores dominantes em defesa de seus interesses concretos, fundamentalmente, a agroexportação e o sistema escravista que a mantinha. Da mesma forma, o projeto de literatura nacional, que então dá seus primeiros passos, não espelhará o país já então múltiplo e heterogêneo, mas uma idealização de unidade fundamentada em interesses de um grupo específico.

Diferentemente do que se verificava no período colonial, o escravismo posterior à independência do Brasil processou-se sob o signo da criação de nossa nacionalidade, em um primeiro momento, e sob a égide do racismo pseudocientífico, a partir de 1870, quando a escravidão já se encontrava em franca decadência. Com base nesses dois elementos, ou seja, na imaginação da nacionalidade e no imaginário racista, teria sido moldado um “escravismo entranhado” [Alencastro, 2007: 323], que persistiria, sob a forma de um racismo velado, até meados do século XX.

Paradoxalmente, o processo de emancipação gradual dos escravos acentuou o florescimento de discursos racistas, pois, com a eliminação do ordenamento jurídico positivo ou consuetudinário que definia um marco divisório entre senhores e escravos, novos mecanismos de coerção, especialmente de ordem ideológica e simbólica, serão necessários para assegurar o *status quo* dos grupos hegemônicos. Como bem observa Davis, durante o escravismo oficial, os barões do café “governavam um mundo em que não havia gradação entre a escravidão e a liberdade” [Davis, 2001: 276], ou seja, um mundo que, embora já diversificado do ponto de vista étnico, encontrava-se dividido entre livres e não-livres. Tal divisão, ou seja, a linha separatória entre a liberdade e o cativo, construiu-se paralelamente a uma divisão de caráter étnico, não apenas pelo fato de os escravos trazidos para o Brasil serem todos de origem africana, mas por se adotar aqui, ao menos até a Lei Rio Branco, o princípio jurídico *partus ventrem sequitur*, pelo qual o filho deveria herdar o *status* da mãe. No contexto patriarcal brasileiro, em que as relações interétnicas eram de natureza “viripotestativa” [Alencastro, 1985: 57], isto é, consubstanciavam-se majoritariamente entre homens brancos e mulheres escravas, a adoção de tal princípio equivalia a definir o mestiço, ao menos em seu nascimento, como escravo. Tal cenário persistirá, mesmo após a abolição universal da escravidão, em 1888, e interpenetrará as discussões acerca da miscigenação e do projeto republicano brasileiro, como veremos a seguir.

Entre o “pessimismo realista” e o “otimismo genocida”

Proclamada em 1889, um ano apenas após a abolição universal da escravidão, a incipiente república brasileira mostrava-se presa ainda, no que tange às discussões étnicas e à miscigenação, às duas principais formulações teóricas europeias. Por um lado, vê-se a constituição de uma corrente não assimilacionista, que, entendendo a miscigenação

como um processo degenerativo da espécie, passa a interpretá-la como um obstáculo à constituição de uma nação futura. Preside tal grupo, em que se inserem Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, o conceito que chamaremos, adiante, de “pessimismo realista”. Por outro lado, e com um número maior de adeptos, tem-se a corrente de cunho assimilacionista, composta por aqueles que acreditavam que a suposta inferioridade reprodutiva dos negros e o estímulo à imigração branca europeia diluiriam progressivamente nossa herança africana até a eliminar por completo. Este grupo, que ganhará as graças do discurso oficial e encerrará em suas fileiras nomes como os de Oliveira Viana e João Batista de Lacerda, tem como fundamento comum o conceito a que designaremos como “otimismo genocida”.

Não é outra a justificativa que Euclides da Cunha encontra para a existência de uma figura como a de Antônio Conselheiro, líder sertanejo que, em pleno interior baiano, ousou rebelar-se contra a República e contra os desmandos dos fazendeiros locais. Mestiço comandando outros tantos mestiços, Euclides vislumbra em Antônio Conselheiro o exemplo cabal de como a sobrevivência de traços não europeus em nossa composição étnica obstavam e obstariam qualquer tentativa futura de nação. Diz o autor de *Os sertões*, a respeito do Conselheiro: “Em seu desvio ideativo vibrou sempre, a bem dizer exclusiva, a nota étnica. Foi um documento raro de atavismo” [Cunha, 2002: 253].

Malgrado a ampla receptividade da obra de Euclides da Cunha, prevaleceu entre os pensadores da república nascente o grupo que acreditou, por uma série de razões, na possibilidade de se constituir em território brasileiro uma nação imaginada em moldes europeus, ou seja, composta por um povo branco, livre de elementos ameríndios ou africanos. Desta feita, o processo de miscigenação será, em sentido inverso, evocado como instrumento eugênico capaz de direcionar a composição étnica do povo brasileiro pela eliminação progressiva de nossos substratos não europeus. Com base no argumento falacioso de que os componentes genéticos dos europeus seriam superiores aos dos demais grupos, acreditava-se que, pelos cruzamentos sucessivos, as gerações futuras trariam em si cada vez menos elementos

de origem africana, até sua completa eliminação. Os mais otimistas, como João Batista de Lacerda, acreditavam que o processo se consumaria em três gerações, ou seja, em aproximadamente um século.

O exemplo mais emblemático de tal crença viria, no entanto, da pintura, com a apresentação, em 1895 do quadro *A redenção de Cam*¹, óleo sobre tela de Modesto Brocos y Gomez. Natural de Santiago de Compostela, Brocos y Gomez radicou-se no Rio de Janeiro, onde atuou como professor da Escola Nacional de Belas Artes. O quadro representa uma família brasileira em sua transição rumo ao embranquecimento: à esquerda, vê-se a primeira geração na figura de uma senhora negra e idosa que, em gesto de agradecimento, volta seus braços para os céus; a seu lado, a segunda geração se faz presente pela filha mulata, que traz ao colo, no centro do quadro, o bebê que inaugura a terceira geração da família. Mais branco que o próprio pai, à direita, o bebê ostenta em suas mãos um pomo dourado, o fruto portador das sementes brancas da futura nação.

O título escolhido por Brocos y Gomez evoca o conhecido episódio bíblico em que Noé, embriagado, expõe sua nudez ao filho Cam, o qual, ao invés de cobri-lo, chamou os outros irmãos para que também vissem o pai despido. Já recobrado de suas faculdades, Noé decide punir o filho lançando uma maldição não sobre ele, diretamente, mas sobre sua descendência: “Maldito seja Canaã, disse ele; que ele seja o último dos escravos de seus irmãos!” [*Gênesis*, 2003: 9: 25-27]. Segundo a tradição judaico-cristã, o repovoamento da terra após o dilúvio se deu por três grandes ramos, oriundos cada qual da descendência de cada filho de Noé e responsável pela ocupação de cada uma das três partes conhecidas do *orbis terrarum*. Assim, a Europa foi repovoada pelos descendentes de Jafê; a Ásia, pelos descendentes de Sem; e a África, pelos amaldiçoados descendentes de Cam. Por essa ordenação, as gerações que sucederam a Cam deveriam servir, na condição de escravos, às gerações que sucederam

¹ A tela, hoje no acervo do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, pode ser visualizada em <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d3/Reden%C3%A7%C3%A3o.jpg>.

a Jafé e a Sem. Os africanos, por razões bíblicas, estariam, pois, predestinados a serem escravos dos europeus e dos asiáticos. Note-se, contudo, que o quadro de Brocos y Gomez trata da *redenção*, ou seja, da superação da maldição bíblica justamente pela eliminação da descendência de Cam, absorvida pelo sujeito de origem europeia por meio da mestiçagem. A maldição se elimina, radicalmente, pela própria eliminação do amaldiçoado. Estamos, bem se vê, no terreno do genocídio.

Para além do quadro em si, a recepção por ele experimentada apontou justamente para a ideia, positivamente avaliada, de que a redenção da descendência de Cam dar-se-ia justamente por seu embranquecimento progressivo. Olavo Bilac, sob o pseudônimo de Fantasio, celebra o trabalho de Brocos y Gomes em um dos mais importantes jornais da época, a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. Diz ele: “Vede a aurora-criança, como sorri e fulgura, no colo da mulata – aurora filha do dilúvio, neta da noite. Cam está redimido! Está gorada a praga de Noé!” [Bilac, 1895: 1].

Quinze anos após a exposição inaugural da tela, seus efeitos ainda encontrariam eco nas palavras de João Baptista de Lacerda, que, no Primeiro Encontro Universal de Raças, realizado em Londres no ano de 1911, apresentaria o trabalho de Brocos y Gomez como ilustração do processo de embranquecimento supostamente em curso no Brasil, com a seguinte legenda: “O negro passando ao branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças”.

Os efeitos externos fazem-se sentir sem demora. Após visita ao Brasil, Theodore Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, assina o artigo *Brazil and the negro*, de elogio e suporte ao fenômeno, que acredita estar em curso. Publicado originalmente na revista *Outlook*, foi também traduzido para o português e estampado em primeira página pelo *Correio da Manhã*, em 7 de abril de 1914. Chega a causar espanto a naturalidade com que o presidente norte-americano defende, para um público brasileiro cioso de ler o que lê, o desaparecimento do substrato negro da população brasileira. Diz ele: “No Brasil... o ideal principal é o do desaparecimento da questão negra pelo desaparecimento do próprio negro, gradualmente absorvido pela raça branca”.

E, adiante: “A enorme imigração europeia tende, década a década, a tornar o sangue preto um elemento insignificante no sangue de toda a nação. Os brasileiros do futuro serão, no sangue, mais europeus ainda do que foram no passado” [*apud* Skidmore, 1989: 85].

Um interessante exemplo de obra literária que nos apresenta ambas as posições pode ser dado pelo romance *Canaã*, de Graça Aranha, publicado no mesmo ano de *Os sertões*, 1902. Tendo como tema a imigração europeia para o Brasil no período imediatamente posterior à abolição da escravatura, o autor põe em cena dois imigrantes de origem germânica que sintetizam, cada qual a sua maneira, as duas visões sobre os efeitos da miscigenação sobre o futuro do país. Milkau, otimista, vislumbra no fenômeno uma oportunidade de civilização do Brasil, pois, para ele, o resultado dos cruzamentos tenderia para a matriz europeia, tida como a única civilizada. Para Lentz, por seu turno, a miscigenação conduziria o país a uma espiral de degeneração da própria espécie.

O contraponto a tais teorias, embora existente, surtiu pouquíssimo efeito à época. Dois nomes em especial se destacam: Manuel Bonfim e Alberto Torres. Em linhas gerais, ambos defendem a ideia sensata e mesmo óbvia de que o atraso brasileiro e a condição inferior da população negra eram devidos a fatores de ordem histórica e social, e não a essencialismos de cunho biológico, baseados em supostas diferenças inatas entre os grupos étnicos. Sobre a hierarquia das raças, diz Bonfim: “Tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes” [Bonfim, 1903: 287]. Torres, por seu turno, de modo bastante avançado para a época, observa que, não por acaso, tais teorias ganharam fôlego sobretudo a partir da Conferência de Berlim e do relançamento da corrida colonial sobre territórios asiáticos e africanos [*apud* Skidmore, 1989: 136]. De qualquer forma, como ficou dito, as duas vozes não farão eco no tempo em que se pronunciaram. Seria preciso aguardar os sopros do culturalismo norte-americano que, depois da Primeira Guerra Mundial, ganharia força no Brasil com o trabalho de pensadores como Capistrano de Abreu e Gilberto Freyre.

A voz e a vez da literatura

Cabe-nos apontar, a essa altura, alguns exemplos de como a questão das genealogias afrodescendentes foram abordadas na literatura brasileira. O motivo aparece já no romantismo, com a peça *Mãe*, de José de Alencar, que estreia, de forma anônima, em 1860. Em linhas gerais, o enredo é bastante simples: Joana, escrava mulata, entrega-se para a venda para saudar compromissos financeiros do filho Pedro, que desconhece a própria ascendência. A informação sobre a origem de Pedro aflora pouco antes da cena final, tensionando uma relação doméstica apresentada, até então como harmônica. Vê-se, pois, que a genealogia africana só é possível enquanto perdura um silêncio sobre ela. A partir do momento em que se torna pública, o enredo encaminha-se para o desfecho trágico do suicídio de Joana. Cabe observar que, da mesma forma como Joana se oferecera para a venda, é ela quem se imola por meio do suicídio, constituindo um exemplo do que Bosi chamaria de “complexo sacrificial na mitologia romântica de Alencar” [Bosi, 2008: 179].

A questão genealógica ganharia novos contornos em *O mulato* (1881), de Aluisio Azevedo, que, ao se compor a partir do envolvimento de um homem mestiço, Raimundo, e de uma mulher branca, Ana Rosa, constitui um raro exemplo literário de inversão da relação viripotestativa. Contudo, a relação transgressora da ordem vigente não vigora, pois Raimundo acaba assassinado e Ana Rosa, ao sabê-lo, aborta o filho. Anos depois, casa-se com um homem branco, para a tranquilidade da avó portuguesa, que não queria ver um descendente seu “coçando a orelha com o pé” [Azevedo, 1986: 140].

O narrador faz questão de informar que Raimundo nasceu, ou seja, vingou, após uma sucessão de abortos sofridos por sua mãe. Diz ele: “Depois de vários abortos, Domingas deu à luz um filho de José da Silva. Chamou-se o vigário da freguesia e, no ato do batismo da criança, esta, como a mãe, recebeu solenemente a carta de alforria. Essa criança era Raimundo” [*ibidem*: 36-37]. Vê-se também que sua história está assinalada pelo *partus sequitur ventrem*, pois sua mãe, sendo

escrava, transmite-lhe a mesma condição; a alforria concedida a ele no ato de batismo o faz homem livre, mas não elimina o estigma da origem escrava.

A imagem do aborto como interrupção da genealogia afrodescendente retornaria com mais intensidade no conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis, publicado em *Relíquias de casa velha* (1906). Conforme manifestação do próprio autor na “Advertência” que abre o livro, este se compõe de uma série de “ideias, histórias, críticas, diálogos” [Assis, 2004: p. 658], numa mescla textual que emprestará à coletânea um caráter híbrido de documentário e peça ficcional. É o que se vê em “Pai contra mãe”, em cuja abertura se faz, em um tom analítico-descritivo repleto de ironias, uma explanação acerca de instrumentos de tortura típicos do escravismo e acerca de ofícios afins à escravidão, como o de capturar escravos fugidos. Após o breve ensaio, tem-se a narrativa propriamente dita, com a história de Cândido Neves, branco pobre que, para salvar o próprio filho da roda dos enjeitados, persegue uma escrava grávida que, no momento tenso da captura, acaba abortando. Trata-se, pois, de uma alegoria irônica e cruel em que a sobrevivência da genealogia do branco é assegurada justamente pela interrupção da genealogia do negro. A fala final de Cândido das Neves, para quem “Nem todas as crianças vingam” [*ibidem*: 667], não deixa dúvidas de que se trata, efetivamente, de um processo seletivo que estabelece, a partir de critérios de cor, quem tem direito ou não à descendência. Cabe destacar que a imagem do fruto como projeção futura de uma linhagem, presente no quadro de Brocos y Gomez, é retomado por Machado ao se referir ao feto abortado pela mulata Arminda. Diz o narrador: “No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou. O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono” [*ibidem*: X; grifo nosso].

A temática da obstrução da genealogia negra será retomada de forma virulenta em *Anjo negro* (1948), peça de Nelson Rodrigues cujo enredo se desenvolve a partir da história de Ismael, negro que repudia a própria origem e casa-se com uma mulher branca que mata, um a um, os filhos mestiços do casal. Em depoimento à revista *Dyonisos*,

o autor declara que a peça constitui parte de seu “teatro desagradável” [apud Magaldi, 1999: 13], cuja finalidade seria justamente incomodar o público dando visibilidade a questões consideradas tabus, como o incesto e o racismo velado. O procedimento de Nelson Rodrigues o aproxima de uma das finalidades principais da arte teatral segundo Artaud: “abrir coletivamente os abscessos” [apud *ibidem*: 23], ou, dentro da linha teórica que adotamos, abrir as criptas para a liberação do conteúdo traumático. Com relação ao contexto cultural de então, Rodrigues dialoga também com a criação do Teatro Experimental do Negro, liderado por Abdias do Nascimento, que responderia também pela publicação do jornal *Quilombo*, cujo número de estreia traz justamente uma entrevista com Nelson Rodrigues a respeito do racismo no teatro brasileiro. A prática contumaz do infanticídio contra a descendência negra, tal qual se vê em *Anjo Negro*, não deixa de configurar uma espécie de castração *a posteriori* de Ismael, já que impede a perpetuação de sua linhagem.

Existir pela escrita

Tornando à citação de que nos valem para compor o título desse trabalho, gostaríamos de concluir evocando alguns sentidos possíveis para o verbo *vingar* em português. O sentido hoje mais corrente liga-se ao ato de *vingança*, ou seja, à ação de “obter desforra” ou de “desagravar-se” de alguém [Houaiss, 2002: verbete “vingar”]. Trata-se, pois, de devolver a alguém um malefício que se sofreu por sua ação. Outro sentido possível é o que se vê no conto de Machado pelas palavras de Cândido Neves: “resistir vivo” ou “crescer, desenvolver-se, chegar à maturidade, medrar” [*ibidem*]. O sentido etimológico, por sua vez, apontaria para a ideia de exigência de um direito usurpado, como o atestam o infinitivo latino *vindicare*, “reclamar em juízo” [*ibidem*], e formas portuguesas decorrentes, como *reivindicar* ou *reivindicação*. A leitura conjugada dos diferentes sentidos do verbo

vingar nos permite entender a literatura como uma das formas possíveis de *reivindicação*, pela palavra, do direito básico à existência, negado, em expectativa, pelos defensores do otimismo genocida.

Para Piralian, toda política genocida esforça-se por eliminar não apenas um determinado povo em si, mas “a cadeia simbólica que constitui sua genealogia” [Piralian, 1994: 6]. Assim, o trabalho de combate a tais políticas passa, necessariamente, por um trabalho de “(re)construção de um espaço simbólico de vida” [*ibidem*]. O que o *corpus* literário ora evocado nos indica é a tarefa de denunciar a tentativa de negação, inclusive simbólica, das genealogias de origem africana. Trata-se, pois, como afirmaria Hall, da tarefa de “reconstruir suas genealogias não ditas”, capazes de mudar nossas matrizes interpretativas “para tornar o invisível visível” [Hall, 2008: 41, grifo nosso]. Vislumbra-se, pois, o poder da literatura de conferir um sopro existencial àqueles a quem lhes fora negada a própria vida. Ela se vinga em nome dos que, no outro sentido do verbo, não puderam vingar.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, L. F., de (1985), “Geopolítica da mestiçagem”, *Novos Estudos*, 11, São Paulo, pp. 43-63.
- ALENCASTRO, L. F., de (2007), “A desmemória e o recalque do crime na política brasileira”, em: Novaes, A. (ed.), *O esquecimento da política*, Agir, Rio de Janeiro, pp. 321-334.
- ARANHA, G. (1902), *Chanaan (Canaã)*, Granier, Rio de Janeiro.
- AZEVEDO, A. (1986), *O mulato*, Ática, São Paulo.
- BILAC, O. (1895), “A Redenção de Cham”, *Gazeta de Notícias*, 5 de setembro, Rio de Janeiro.
- BONFIM, M. (1905), *A América Latina: males de origem*, Francisco Alves, Rio de Janeiro.
- BOSI, A. (2008), *Dialética da colonização*, Companhia das Letras, São Paulo.
- CUNHA, E., da (2002), *Os Sertões – campanha de Canudos*, Companhia das Letras, São Paulo.

- DAVIS, D. B. (2001), *O problema da escravidão na cultura ocidental*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- “Gênesis” (2003), em: *Bíblia de Jerusalém*, Paulus, São Paulo.
- HALL, S. (2008), *Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais*, Universidade Federal de Minas Gerias, Belo Horizonte – Unesco, Brasília.
- HOUAISS, A. (org.) (2002), *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa* [CD-ROM], Instituto Antônio Houaiss – Editora Objetiva, Rio de Janeiro.
- MACHADO ASSIS, J. M., de (1994), *Obra completa*, Nova Aguilar, Rio de Janeiro.
- MAGALDI, S. (1999), “Introdução”, em: *Teatro completo de Nelson Rodrigues*, vol. 2: *Peças Míticas*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, pp. 13-48.
- PIRALIAN, H. (1994), *Genocide et transmission*, Harmatan, Paris.
- RODRIGUES, N. (1999), “Anjo Negro”, em: *Teatro completo de Nelson Rodrigues*, vol. 2: *Peças Míticas*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, pp. 121-192.
- SKIDMORE, T. E. (1989), *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, Paz & Terra, Rio de Janeiro.